

## **A RELAÇÃO DIÁLOGICA ENTRE O CUIDAR E O EDUCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

*Danyelle Moura dos Santos* (UEFS)

[danyelle31@hotmail.com.br](mailto:danyelle31@hotmail.com.br)

*Nataly Ferreira Costa dos Santos* (UEFS)

[natalyferreira17@gmail.com](mailto:natalyferreira17@gmail.com)

### **RESUMO**

As instituições de Educação Infantil são espaços onde as crianças de até cinco anos de idade passam a maior parte do dia e, por serem muito pequenas, precisam de cuidados mais específicos, como: refeições e higiene pessoal. Além disso, estão em fase de estruturação das ideias de espaço e tempo, necessitando de apoio na realização dessas atividades cotidianas. Sendo assim, o presente trabalho objetiva compreender a significância da indissociabilidade entre o cuidar e o educar na Educação Infantil. Este estudo se constitui enquanto pesquisa bibliográfica, dentro de uma perspectiva qualitativa. Utilizamos também os principais documentos oficiais que tratam da especificidade da Educação Infantil. Dessa forma, aprofundamos a supracitada temática e a sua importância nessa primeira etapa da educação básica, reconhecendo a importância da indissociabilidade entre cuidar e educar.

### **Palavras-chave:**

Cuidar. Educar. Educação Infantil.

### **ABSTRACT**

Early Childhood Education institutions are spaces where children up to five years of age spend most of the day and, as they are very small, they need more specific care, such as meals and personal hygiene. In addition, they are in the phase of structuring the ideas of space and time, needing support in carrying out these daily activities. Therefore, the present work aims to understand the significance of the inseparability between caring and educating in Early Childhood Education. This study is constituted as a bibliographic research, within a qualitative perspective. We also used the main official documents that deal with the specificity of Early Childhood Education. In this way, we deepened the aforementioned theme and its importance in this first stage of basic education, recognizing the importance of the inseparability between caring and educating.

### **Keywords:**

Take care. To educate. Child education.

## **1. Introdução**

A Educação Infantil tem como elemento primordial o ato de cuidar e educar. Contudo, existe uma polêmica em torno dessas ações, como

já fora discutido por Bujes (2001), Cerisara (1999), Pascoal e Machado (2009), entre outros autores. A presente pesquisa visa refletir acerca da relação entre o cuidar e o educar na Educação Infantil e compreender a significância da indissociabilidade entre ambos, tendo em vista que essa é primeira etapa da educação básica e base para o desenvolvimento das crianças de até cinco anos de idade.

Por muito tempo, a educação para crianças nessa faixa etária era entendida como uma assistência baseada apenas nos cuidados biológicos, como por exemplo: dar banho, colocar para dormir (ninar), trocar fraldas, alimentar etc., desvinculando essas ações ao ato educativo, o que fez com que esses espaços de Educação Infantil, como creches e pré-escolas, fossem considerados como “depósitos de crianças”. No entanto, essa perspectiva assistencialista perde força diante de novas pesquisas e estudos que colocam a criança enquanto sujeito sócio-histórico e de direitos, que deve ter, em suas primeiras experiências escolares, não somente os cuidados, mas também a educação, dentro do seu nível ou etapa de desenvolvimento humano, segundo os estudos de autores como Piaget (1970), Vygotsky (1978), entre outros.

A Educação Infantil, no Brasil, foi reconhecida a partir de um marco, que foi a Constituição de 1988, em que passou a ser respaldada por lei, deixando de ser uma assistência e tornando-se direito de todas as crianças e dever do Estado. A partir de então, a Educação Infantil passou a ser reconhecida como uma etapa educacional relevante na vida da criança, o que implicou o dever das instituições realizarem um trabalho que compreendesse uma função pedagógica e reconhecesse a indissociabilidade entre o cuidar e o educar em creches e pré-escolas. O Art. 208, inciso IV, da Constituição de 1988 destaca que é dever do Estado oferecer “educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade” (BRASIL, 1988, p. 123).

A Educação Infantil tem como objetivo o desenvolvimento integral da criança, além do papel social de valorizar os seus conhecimentos prévios e proporcionar interações, oportunizando novos conhecimentos. Nesse sentido, este trabalho se destaca por abordar uma ressignificação dos atos de cuidar e educar na Educação Infantil, ressaltando a importância de ambos para o pleno desenvolvimento das crianças.

Os recursos utilizados para embasar a pesquisa foram as referências bibliográficas referentes ao tema cuidar e educar na Educação Infantil. Foram problematizadas questões que envolvem o cuidar e o educar na

Educação Infantil, com o objetivo de compreender as suas especificidades, de modo crítico-reflexivo.

A pesquisa tem uma abordagem qualitativa que, segundo Deslandes, Gomes e Minayo (2011, p. 21) trabalha “(...) com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. Os referidos autores ressaltam que “o foco da pesquisa qualitativa é, principalmente, a exploração do conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema que pretende investigar”, mas sem querer abranger a totalidade das falas e expressões (2011, p. 79).

O estudo é de cunho bibliográfico, que Marconi e Lakatos (1992) definem que é o levantamento da bibliografia já publicada em livros, revistas, entre outros. A sua finalidade é fazer com que o pesquisador entre em contato direto com o material escrito sobre o assunto estudado, dando suporte ao cientista na análise de suas pesquisas ou na manipulação de dados e informações. Sendo assim, a pesquisa bibliográfica não é uma repetição das pesquisas já existentes, ela propicia a base para que surjam novos temas e novas abordagens. A base de dados foi através do *SciELO*, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e *Google Acadêmico*, no período de 2019 e 2020, utilizando as seguintes palavras-chave: *Cuidar*, *Educar* e *Educação Infantil*.

Dentre os documentos, destacamos os seguintes: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998), os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (BRASIL, 2006), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2010) e a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017). E, quanto a análise dos dados, os artigos, livros e documentos oficiais, esta etapa divide-se em seis fases, segundo Gil (2002, p. 59-60),

a) escolha do tema; b) levantamento bibliográfico preliminar; c) formulação do problema; d) elaboração do plano provisório de assunto; e) busca das fontes; f) leitura do material; g) fichamento; h) organização lógica do assunto; e i) redação do texto. (GIL, 2002, p. 59-60)

Todas essas fases foram realizadas com muito rigor e atenção as principais informações e conhecimentos já produzido e sistematizado, a fim de ter um estudo que ressalte a importância deste tema e as principais mudanças de concepções que ocorreram, conforme o tempo e que contribuíram para que chegássemos à compreensão de que o ato de cuidar e educar são indissociáveis.

## 2. *Fundamentação teórica*

A infância é considerada o período de crescimento que vai do nascimento até a puberdade, e teria um significado genérico, segundo Khulmann Jr. (2004). Para compreendermos o conceito de infância, devemos considerar que este é um conceito que tem evoluído através dos séculos e oscilado em extremo. Ariès (1978, p. 10) afirma que a sociedade “via mal a criança, e pior ainda o adolescente. A duração da infância era reduzida a seu período mais frágil enquanto o filhote do homem ainda não conseguia bastar-se; a criança então, mal adquiria algum desembaraço físico, era logo misturada aos adultos”.

A criança era considerada um infante (ser sem voz), sem seus direitos e valores assegurados como cidadão, sem direito à educação, cujo propósito era uma obrigação da família. Ariès (1978, p. 10) afirma que “a criança aprendia as coisas que devia saber ajudando os adultos a fazê-las”. Vale ressaltar que a criança também era entendida como um ser incompleto e inacabado, e que somente quando conquistasse a vida adulta seria considerada, pela sociedade, como sujeito de plenos direitos.

Por um longo período histórico, a concepção de criança era restrita a um adulto em miniatura, ou seja, não era dado à criança nem um tratamento diferencial, sendo ela sempre comparada e colocada num patamar de equivalência a um adulto em desenvolvimento. Segundo Ariès (1978),

A criança era, portanto, diferente do homem, mas apenas no tamanho e na força enquanto as outras características permaneciam iguais. Suas práticas eram assim subestimadas, pois, para a sociedade a criança não era ainda capaz de realizar ou praticar algo que fosse considerado um produto de sua inteligência, sendo comparada a um anão, mas um anão seguro de que não permanecerá anão. (ARIÈS, 1978, p. 10)

Ser criança e agir como tal, por muito tempo, gerou ideias equivocadas que colocavam as crianças como passivas e desprovidas de razão ou como incapazes de produzir cultura. No entanto,

[...] essa falta de interesse pela infância passou a se alterar no século XVI-II. Uma nova tendência psicológica teve como pioneiro, entre outros, o filósofo e educador Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), que considerava a infância uma etapa distinta e importante de nosso desenvolvimento. (COX, 2007, p. 3-4)

Com as contribuições dos estudos de Rousseau (1762), outros pesquisadores passaram a ter a criança como fonte de pesquisa, visto que “pouco se conhecia sobre como as crianças realmente se comportam e se

desenvolvem, e alguns autores eminentes começaram a registrar detalhes – muitas vezes de seus próprios filhos” (COX, 2007, p. 4), tal como o Charles Darwin, que “publicou em 1877 um relato sobre o desenvolvimento de seu filho, apelidado Doddy” (COX, 2007, p. 4), e também Jean Piaget, com seu primeiro livro *A linguagem e o pensamento da criança* (1923), que buscava compreender melhor o desenvolvimento infantil, colocando-a, assim, no centro de estudos e pesquisas socioculturais.

Sob a influência das ideias de Rousseau (1762), os estudos sobre as crianças e infâncias começaram a ganhar espaço no cenário acadêmico e sociocultural. Pensar a infância como uma construção histórica e social nos leva a entender que alguns conceitos designados a ela ao longo do tempo e da história refletiam o contexto social da época, ou seja, “cada época irá proferir o discurso que revela seus ideais e expectativas em relação às crianças, tendo esses discursos consequências constitutivas sobre o sujeito em formação” (PEREIRA; SOUZA, 1998, p. 28). Como mencionado anteriormente, o conceito de infância vai evoluindo, e mediante este percurso sobre as maneiras de pensar o ser criança é que vão se desenrolando os impulsos para construção e instituição da Educação Infantil.

Somente por volta dos anos 90 a concepção de infância ganha atenuantes e as crianças conquistam o seu papel enquanto sujeitos histórico-sociais inseridos em uma sociedade. A criança é um sujeito social e histórico inserido numa sociedade, onde partilha de uma determinada cultura; é profundamente marcada pelo meio social em que se desenvolve, mas também contribui com ele (Cf. BRASIL, 1998).

Nesse sentido, a criança passa a ser vista enquanto sujeito que sofre influência da cultura predominante do meio no qual está inserida, e, no entanto, também contribui com ele, à medida que se desenvolve. Por volta do século XIX, como afirmam Craidy e Karcher (2001), com a Revolução Industrial, o constante crescimento das cidades e as mudanças econômicas políticas e sociais que ocorreram na sociedade, tornou-se cada vez maior a necessidade de mão de obra para as indústrias, fato este que desencadeou o surgimento do trabalho feminino.

As mulheres, que anteriormente se dedicavam com maior ênfase aos trabalhos domésticos e ao cuidado dos filhos, sentiram a necessidade de trabalhar fora de casa, nas indústrias e, a partir disso, as crianças ficariam, então, sob os cuidados da sociedade. Neste contexto, foram criadas as primeiras creches e instituições de cunho assistencial, nas quais as cri-

anças permaneceriam enquanto as suas mães trabalhavam fora. E assim, essas instituições destinadas à guarda dos filhos das operárias deram origem à pré-escola atual.

Logo, podemos perceber que a revolução industrial, nesse contexto, contribuiu para fomentar o conceito que se atribuía à Educação Infantil. Neste período, tinha-se uma educação assistencialista, voltada para o cuidar, revelando-se apenas como uma extensão das atividades realizadas nos ambientes familiares pelas mães.

De acordo com Craidy e Silva (2001), as creches e pré-escolas surgiram entre os séculos XVI e XVII, a partir de mudanças econômicas, políticas e sociais que ocorreram na sociedade, sobretudo com a inserção das mulheres no mercado de trabalho. No início, o aparecimento das creches esteve pautado em uma visão assistencialista. No Brasil, as creches surgiram no final do século XIX, e somente na década de 80 foram asseguradas como responsabilidade do Estado brasileiro, passando a pertencer à educação básica em 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2010), a Educação Infantil é a

Primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que caracterizam estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgãos competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. (BRASIL, 2010, p. 12)

A Educação Infantil é um direito garantido por lei desde a Constituição Federal de 1988, pois parte do entendimento que a criança é um sujeito de direitos. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Cf. BRASIL, 2010), a criança é percebida como:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia; constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2010, p. 12)

A criança é um ser político e social, sujeito de seu próprio desenvolvimento, e um ser ativo, na cultura mais ampla; também é crítica e criativa, curiosa, questionadora e inventiva. Desse modo, o professor, em

espaços de creche e pré-escola, precisa oportunizar vivências através das quais as crianças ampliem suas descobertas sobre o mundo, valorizando seus interesses e suas práticas no currículo escolar.

Sabemos que a preocupação em se ter um lugar direcionado aos cuidados das crianças, filhas de trabalhadores e trabalhadoras, só veio à tona após a Revolução Industrial, que impulsionou a contratação de mulheres nas fábricas e nas indústrias. No entanto, “diferentemente dos países europeus, no Brasil, as primeiras tentativas de organização de creches, asilos e orfanatos surgiram com um caráter assistencialista, com o intuito de auxiliar as mulheres que trabalhavam fora de casa e as viúvas desamparadas” (PASCHOAL; MACHADO, 2009, p. 82).

As iniciativas de construção de creches e, posteriormente, de jardins de infância, evidenciam distintos objetivos e concepções de educação, os quais se diferenciam devido à posição social das famílias atendidas, visto que “criou-se efetivamente no Brasil uma concepção de creche para crianças pobres com ideia de assistência à pobreza e a ideia de jardins de infância para as classes mais favorecidas com a ideia de educacional” (SILVEIRA *et al.*, 2015, p. 37). Alertamos, porém, para o fato de que, ao incluírem as instituições de atendimento a crianças de até seis anos de idade no sistema escolar formal, defende-se, sobretudo, uma concepção global de Educação Infantil que valoriza o cuidar/educar de modo integrado, as brincadeiras espontâneas e a criatividade, a aquisição de conhecimentos, a flexibilização das rotinas e dos horários de atendimento, a participação dos pais e o respeito à diversidade local.

Maria Isabel Bujes (2001), ao perguntar-se *Escola Infantil: pra que te quero?*, realiza, de modo interessante, essa tarefa de desvelar as especificidades da educação de crianças pequenas:

[...] a educação da criança pequena envolve simultaneamente dois processos complementares e indissociáveis: educar e cuidar. As crianças desta faixa etária, como sabemos, têm necessidades de atenção, carinho, segurança, sem as quais elas dificilmente poderiam sobreviver. Simultaneamente, nesta etapa, as crianças tomam contato com o mundo que as cerca, através das experiências diretas com as pessoas e as coisas deste mundo e com as formas de expressão que nele ocorrem. Esta inserção das crianças no mundo não seria possível sem que atividades voltadas simultaneamente para cuidar e educar estivessem presentes. O que se tem verificado, na prática, é que tanto os cuidados como a educação têm sido entendidos de forma muito estreita. (BUJES, 2001, p. 16)

Os debates sobre os princípios indissociáveis do cuidar/educar na Educação Infantil têm se tornado frequentes na literatura da área. Como

exemplificação, Cerisara (1999) propõe alguns desafios para as instituições de Educação Infantil na construção de uma Pedagogia da Infância, dentre eles, o de educar e cuidar, não dicotomizando esses dois termos, e a insistência na defesa da “concepção de criança como sujeito de direitos, que necessita ser educada e cuidada, uma vez que ela depende dos adultos para sobreviver e, também, pelo fato de permanecer muitas vezes de 10 a 12 horas diárias na instituição de educação infantil” (CERISARA, 1999, p. 17).

No entanto, ainda se nota que há uma dicotomia no atendimento às crianças, principalmente na Educação Infantil: quando pequenas (até três anos de idade), há um caráter filantrópico, de assistência, saúde e bem-estar, o que se refere ao cuidado; quando maiores (de quatro a cinco anos de idade), há uma responsabilidade das Secretarias de Educação, das escolas e dos professores/as, com a alfabetização. Na trajetória da Educação Infantil, percebemos que existe um predomínio de objetivos assistenciais, atendimentos diferenciados para as classes sociais, duplicidade de cargos, funções e salários, em atuação conjunta, dificuldade de articular essa dupla função de cuidar e educar na definição e implementação de políticas públicas, disparidades e defasagens na formação de profissionais para a área, entre outros.

Ressaltamos que assim como os termos *creche* e *pré-escola* são carregados de um sentido histórico-cultural, as expressões *cuidar* e *educar* carregam uma carga de significado referente à fragmentação entre a creche e a pré-escola, entre o trabalho braçal e o intelectual. Contudo, se faz necessário que

Os professores e os demais profissionais que atuam nessas instituições devem, portanto, valorizar igualmente atividades de alimentação, leitura de histórias, troca de fraldas, desenho, música, banho, jogos coletivos, brincadeiras, sono, descanso, entre outras tantas propostas realizadas cotidianamente com as crianças. (BRASIL, 2006, p. 28)

É importante destacar que essas relações educativas às quais a autora se refere, na instituição de Educação Infantil são perpassadas pela função indissociável do cuidar/educar, tendo em vista os direitos e as necessidades próprias das crianças no que se refere à alimentação, à saúde, à higiene, à proteção e ao acesso ao conhecimento sistematizado (Cf. BRASIL, 2006, p. 17). A creche e a pré-escola têm como objeto as relações educativas, travadas num espaço de convívio coletivo que tem como sujeito a criança de até seis anos de idade (ROCHA, 1999).

Kramer (1986 *apud* ALMEIDA, 1994) reafirma ideias de que



[...] a pré-escola tem o papel social de valorizar os conhecimentos que as crianças possuem e garantir a aquisição de novos conhecimentos. A pré-escola com função pedagógica é aquela que tem consciência de seu papel social, busca trabalhar a realidade sócio-cultural da criança, seus interesses e necessidades que manifesta naquela etapa da vida. (KRAMER, 1986 *apud* ALMEIDA, 1994, p. 3)

Outro aspecto importante que ressaltamos é o caráter escolarizante presente na Educação Infantil, respaldado na ideia de escola infantil com a função pedagógica, a qual tenta se justificar como oposição ao atendimento exclusivamente assistencial, que desconsidera as especificidades e necessidades da infância ao tentar, de forma precoce, preparar a criança para o Ensino Fundamental. Portanto, educar e cuidar constituem as preocupações básicas dentro da proposta curricular, as quais devem articular-se num contexto em que cuidados e educação se realizem de modo prazeroso, lúdico, onde as brincadeiras espontâneas, o uso de materiais, os jogos, as danças e os cantos, as comidas e as roupas, as múltiplas formas de comunicação, expressão, criação e movimento, o exercício de tarefas rotineiras do cotidiano e as experiências que ligam o conhecimento dos limites e alcance das ações de crianças e adultos estejam contemplados.

Cuidar e educar é impregnar a ação pedagógica de consciência, estabelecendo uma visão integrada do desenvolvimento da criança, com base em concepções que respeitem a diversidade, o momento e a realidade peculiar à infância. É de fundamental importância que as instituições de Educação Infantil trabalhem e incorporem a integralidade do cuidar e educar e não façam a separação entre ambos, uma vez que são indissociáveis. Porquanto,

O cuidado precisa considerar, principalmente, as necessidades das crianças, que quando observadas, ouvidas e respeitadas, podem dar pistas importantes sobre a qualidade do que estão recebendo. Os procedimentos de cuidado também precisam seguir os princípios de promoção da saúde. Para se atingir os objetivos dos cuidados com a preservação da vida e com o desenvolvimento das capacidades humanas, é necessário que as atitudes e procedimentos estejam baseadas em conhecimentos específicos sobre desenvolvimento biológico, emocional, e intelectual das crianças, levando em conta diferentes realidades sócio-culturais. (BRASIL, 1998, p. 25)

Segundo Craidy e Silva (2001), a educação das crianças envolve dois processos, que são imbricados: o educar e o cuidar, pois, nessa etapa, as crianças precisam de carinho, atenção e segurança. O cuidar tem relação direta com as questões de higiene, sono, alimentação e inclui atenção, que vai do funcionamento dos horários da creche, passando pela

organização do espaço, pela atenção com os materiais e brinquedos adequados e pelo respeito e compreensão das especificidades de cada criança. Percebendo o cuidado dessa maneira, podemos compreender que este é inerente ao processo educativo das crianças da Educação Infantil. Desse modo, é preciso refletir que

A noção de experiência educativa que percorre as creches e pré-escolas tem variado bastante. Quando se trata de crianças das classes populares, muitas vezes a prática tem se voltado para as atividades que têm por objetivo educar para a submissão, o disciplinamento, o silêncio e a obediência. De outro lado, mas de forma igualmente perversa, também ocorrem experiências voltadas para o que chamo de “escolarização precoce” igualmente disciplinadoras, no seu sentido pior. (BUJES, 2001, p. 16)

Desse modo, as creches e pré-escolas perdem o seu sentido quando reproduzem essas práticas, Craidy e Silva (2001) alertam que na Educação Infantil predomina o sonho, a fantasia, a afetividade, a brincadeira, as manifestações de caráter subjetivo. O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) salienta que educar significa “(...) propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada” (BRASIL, 1998, p. 23). Em outras palavras, educar contribui para o desenvolvimento das crianças, proporcionando situações de aprendizagem e relações de cuidado.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998), educar significa

[...] propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis. (BRASIL, 1998, p. 23)

Já o cuidar é definido como:

[...] parte integrante da educação, embora exigir conhecimentos, habilidades e instrumentos que extrapolam a dimensão pedagógica, ou seja, cuidar de uma criança em um contexto educativo demanda integração de vários campos de conhecimentos e a cooperação de profissionais de diferentes áreas. (BRASIL, 1998, p. 24)

A Educação Infantil, nos documentos oficiais, pauta-se, então, na indissociabilidade entre o cuidado e a educação. O ato de educar não exclui a função do cuidado; pelo contrário, existe um elo, uma articulação entre ambas as práticas que estruturam o fazer pedagógico nas escolas de

Educação Infantil, contribuindo para a formação da criança em seu processo de construção do conhecimento. Sobre o ato de cuidar, se faz necessário entender que

Para cuidar é preciso antes de tudo estar comprometido com o outro, com sua singularidade, ser solidário com suas necessidades, confiando em suas capacidades. Disso depende a construção de um vínculo entre quem cuida e quem é cuidado. (BRASIL, 1998, p. 25)

Dessa forma, o cuidar deixa de ser assistencialista, como era visto antes, e passa a adquirir um caráter educativo, através da ética e responsabilidade do profissional que atenderá a criança. Cuidar não é apenas tomar conta; é possibilitar que ambas as ações, cuidar e educar, se construam na totalidade, visualizando a criança como um ser, em sua inteireza. Quando o cuidar e educar são vistos como um momento privilegiado de interação, cria-se um vínculo afetivo que favorece a confiança do educando e estabelece novas aprendizagens.

Para que haja uma Educação Infantil de qualidade, necessita-se do cuidar e do educar de forma indissociável e da efetiva participação da família. A escola precisa ter uma relação de parceria com os pais, para garantir às crianças uma melhor aprendizagem e desenvolvimento. É importante que o professor se posicione como um condutor do processo educativo, para incentivar os alunos, e não como um mero reprodutor de conteúdos e de práticas do senso comum, sem uma reflexão e fundamentação teórica, visto que a prática muda através da reflexão, e que teoria e prática são inseparáveis. Por isso, os professores precisam ter coerência na teoria que embasa suas práticas.

A década de 90 foi muito importante para a consolidação de políticas públicas educacionais voltadas para a Educação Infantil, sendo publicado, em 1990, o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), com a Lei nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990, o qual, dentre outras falas importantes, afirma, em seu Art. 53, que:

A criança e o Adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando lhes: I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - Direito de ser respeitado por seus educadores; III - Direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; IV - A cesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência. (BRASIL, 1990, p. 43)

Esse documento teve e tem um peso importante no que diz respeito à concepção que se tem da criança enquanto um sujeito de direitos. Es-

seus direitos precisam ser garantidos pelo Estado e pela família, dado que, por muitos anos, foram negados à criança. Na segunda metade da década de 1990, entra em vigor, no Brasil, a nova LDB (BRASIL, 1996), que, em seu Art. 29, estabelece que “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996, p. 10).

A Lei de nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que continua em vigor, traz em seu segundo artigo uma grande conquista para as crianças, pois torna a educação um dever da família e do Estado, e em seu artigo quarto aponta que o Estado deve a garantir a Educação Infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade (Cf. BRASIL, 1996). O Art. 30 da LDB afirma que “a educação infantil será oferecida em: I – crêches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade, II – pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade” (BRASIL, 1996, p. 22).

Já em 1994, foi publicada a Política Nacional de Educação Infantil, a qual apresenta a concepção de Educação Infantil e o seu papel na formação das crianças, ressaltando que a criança é concebida como um ser humano completo que, mesmo estando em processo de desenvolvimento e, portanto, dependente do adulto para sua sobrevivência e crescimento, não é apenas um “vir a ser”. Desse modo, a criança é compreendida na sua integralidade, a infância não é a preparação para a vida adulta e deve ser encarada como uma etapa crucial que deve ser vivida naquele momento. Desse modo,

A Educação Infantil é oferecida para, em complementação à ação da família, proporcionar condições adequadas de desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e social da criança e promover a ampliação de suas experiências e conhecimentos, estimulando seu interesse pelo processo de transformação da natureza e pela convivência em sociedade. (BRASIL, 1994, p. 22)

A Educação Infantil é, assim, pautada nas interações “com outras pessoas, adultos e crianças, exerce um papel preponderante no desenvolvimento infantil e na construção do conhecimento, sendo mais efetiva quando se dá de forma lúdica e afetiva, e, portanto, prazerosa” (BRASIL, 1994, p. 17). Os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (BRASIL, 2006) discorrem ainda que é preciso promover o desenvolvimento da criança como um todo, favorecendo sua formação inte-

gral, valorizando os seus conhecimentos prévios e proporcionando interações que possibilitem novos conhecimentos.

Corroborando com a ideia, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) garante seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil, que são: conviver, brincar, participar, explorar, expressar, e conhecer-se (Cf. BRASIL, 2017). A BNCC traz uma nova organização do currículo, que coloca a criança como protagonista do processo educativo.

A BNCC define a Educação Infantil, que é a primeira etapa da educação básica, como o “(...) início e o fundamento do processo educacional. A entrada na creche ou na pré-escola significa, na maioria das vezes, a primeira separação das crianças dos seus vínculos afetivos familiares para se incorporarem a uma situação de socialização estruturada” (BRASIL, 2017, p. 36). Esse documento ainda reforça a indissociabilidade entre o cuidar e o educar, que são primordiais na etapa da Educação Infantil.

A BNCC (2017) ainda ressalta que o objetivo da Educação Infantil é:

[...] ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar – especialmente quando se trata da educação dos bebês e das crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação. (BRASIL, 2017, p. 32)

Sendo assim, a BNCC (BRASIL, 2017) instrui que as instituições de Educação Infantil precisam conhecer e trabalhar com as culturas plurais, dialogando com a riqueza/diversidade cultural das famílias e da comunidade, para que, dessa forma, sejam potencializados a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças.

As particularidades desta etapa de desenvolvimento exigem que a Educação Infantil cumpra duas funções complementares e indissociáveis: cuidar e educar, complementando os cuidados e a educação realizados na família ou no círculo da família. A educação nesta fase visa, de forma integrada, (1) favorecer o desenvolvimento infantil, nos aspectos físico, motor, emocional, intelectual e social; (2) promover a ampliação das experiências e dos conhecimentos infantis, estimulando o interesse da criança pequena pelo processo de transformação da natureza e pela dinâmica da vida social, e, (3) contribuir para que sua interação e convivência na sociedade seja produtiva e marcada pelos valores de solidariedade, liberdade, cooperação e respeito. (BRASIL, 1994, p. 17)

Cuidar e educar, assim, significam compreender o espaço/tempo em que a criança vive, levando em consideração sua singularidade. A mediação dos adultos é um ampliador de ambientes que estimulam a curiosidade, a autonomia e a construção de novos saberes da criança. É função da escola na Educação Infantil educar e cuidar, de maneira indissociável, pois a escola é um espaço de desenvolvimento integral da criança e mobilizador de saberes.

Portanto, o professor precisa ter o olhar atento a cada criança, de forma individualizada, pois cada uma possui um ritmo diferenciado, e sem rotular as crianças que possuem um aprendizado mais lento em relação às outras. O professor deve ajudar e acolher as crianças que possuem mais dificuldades em realizar determinadas atividades.

### **3. Considerações finais**

O trabalho pedagógico na Educação Infantil requer do docente um preparo para desempenhar sua prática educativa, de forma que ajude a promover o pleno desenvolvimento da criança, nas diversas áreas: motora, afetiva, cognitiva, social, entre outras. Sobre essa necessidade formativa, entendemos a importância de conhecer as regularidades do desenvolvimento psíquico da criança, a dinâmica do ambiente social da criança e, finalmente, as possibilidades de sua atividade pedagógica, para usá-las de maneira adequada a conduzir a criança a níveis cada vez mais elevados de atividade.

Sabemos que a faixa etária de até cinco anos constitui-se como uma das mais propícias ao aprendizado, e para que essas aprendizagens e descobertas aconteçam, se faz necessário que o docente relacione duas ações pedagógicas essenciais, o cuidar e o educar, ambas implicadas com uma práxis e olhar sensível para com as experiências construídas mutuamente na relação entre o educador e as crianças nos espaços escolares da Educação Infantil, a saber: creches e pré-escolas. Os documentos norteadores da Educação Infantil ressaltam a importância e a indissociabilidade dessas duas práticas pedagógicas, o cuidar e o educar e, reconhece que a práxis docente requer essa dualidade, pois o trabalho com crianças pequenas precisa dessa articulação entre os saberes e fazeres, da união das habilidades socioafetivas e cognitivas, com o objetivo de promover a esse público-alvo um ambiente propício tanto cuidados quanto aprendizados.

A importância do cuidar e educar é notória nos estudos sobre a infância. Todos os sujeitos que compõem o ambiente educacional infantil precisam estar atentos aos mesmos objetivos, que retomam o cuidar e o educar como algo indissociável, de modo que, juntos, proporcionem o desenvolvimento infantil em sua completude, nos aspectos físico, emocional, afetivo, cognitivo, linguístico e social e assegurem a identidade e autonomia das crianças. Neste contexto, faz-se necessário que os educadores reconheçam a importância do cuidar, do educar e do brincar no ambiente escolar, percebendo-os de modo positivo, pois é sabido que ambos contribuem para o desenvolvimento infantil e, portanto, cabe às instituições de ensino e aos professores de Educação Infantil enfatizarem essas práticas, com a intencionalidade voltada para o processo de aprendizagem dos educandos.

A partir das discussões elucidadas, percebemos a necessidade de políticas públicas específicas para a formação dos profissionais que atuam na Educação Infantil, de maneira que se alcance toda a comunidade escolar, envolta no trabalho com a infância, dado que a ação do cuidar e educar não se restringe apenas à sala de aula. Fazem-se necessário, portanto, políticas que contemplem as práticas pedagógicas e suas reverberações no espaço escolar, visto que nota-se que muitas ações em creches e pré-escolas carecem de maiores entendimentos sobre a ação pedagógica na atuação com crianças pequenas.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A.C. Currículo da pré-escola e formação do educador em serviço. *Anais...* 17ª Reunião Anual da ANPED: Caxambu, 1994.

ARIÈS, P. *História social da infância e da família*. Trad. de D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC) Educação é a Base*. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: [http://base.nacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518-versaofinal-site.pdf](http://base.nacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal-site.pdf). Acesso em: 18 nov. 2021.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acesso em: 18 nov. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil*. Brasília-DF: MEC, 2006.

BRASIL; *Lei nº 9394/96*. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996. Portal MEC. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/civil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/civil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 06 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Política Nacional de Educação Infantil*. Brasília-DF: MEC/SEF/COEDI, 1994.

BRASIL. *Lei nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990*. Estatuto da Criança e do Adolescente.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. *Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil*/Ministério da Educação. Vol. 1 e 2. Secretaria de Educação Básica. Brasília-DF, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial curricular nacional para a educação infantil* / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BUJES, Maria Isabel E. Escola infantil: pra que te quero? In: CRAYD, C.; KAERCHER, G.E. (Orgs). *Educação Infantil: Pra que te quero?* Porto Alegre: Artmed, 2001.

CERISARA, Ana Beatriz. Educar e cuidar: por onde anda a educação infantil?. *Perspectiva*: Revista do Centro de Ciências da Educação. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de ciências da educação. N. especial. Dez. 1999. Florianópolis: UFSC, 1999.

COX, Maureen. *Desenho da criança*. São Paulo. Martins Fontes, 1995.

DESLANDES, Suely; GOMES, Romeu e MINAYO, Maria Cecília. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 30. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2011.



GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo. Atlas, 2002.

MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

MELLO, S. A. As contribuições de Vigotski para a Educação Infantil. In: MENDONÇA, S. G. de L.; MILLER, S. (Org.). *Vigotski e a escola atual: fundamentos teóricos e implicações pedagógicas*. Araraquara: Junqueira & Marin, 2010.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. *Revista Histedbr on-line*, v. 9, n. 33, p. 78-95, 2009.

PEREIRA, Rita Marisa Ribes; SOUZA, Solange Jobim. Infância, conhecimento e contemporaneidade. In: KRAMER, S.; LEITE, M.I. *Infância e produção cultural*. Série Prática Pedagógica. São Paulo: Papirus, 1998.

VILLACHAN-LYRA, Pompéia *et al.* *Entendendo o desenvolvimento infantil: contribuições das neurociências e o papel das relações afetivas para pais e educadores*. Recife, 2017.